Pesquisa ouviu 2.338 profissionais que atuam em casos graves

Uma avaliação das unidades de terapia intensiva (UTIs) no Brasil feita por profissionais da área revela distância na percepção sobre a qualidade de serviços públicos e privados. Na maioria das vezes, as notas positivas são duas vezes maiores em unidades privadas do que nas públicas. Já as notas negativas chegam a ser até quatro vezes maiores em unidades públicas do que nas privadas.

Ao todo, 2.338 médicos que atuam na assistência de alta complexidade foram ouvidos dentro do Inquérito Nacional sobre a Força de Trabalho Médica nas UTIs Brasileiras, realizado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), com o apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Os profissionais responderam a um questionário e deram notas de 0 a 5 para itens considerados essenciais ao funcionamento das unidades, como infraestrutura, disponibilidade de leitos e medicamentos, nível de especialização da equipe, fluxos de paciente, protocolos, entre outros.

Em nota, a Amib destacou que, analisadas em bloco, as menções ajudam a visualizar os problemas que afetam o atendimento a partir da ótica de quem é responsável pelo cuidado de pacientes graves.

Para a associação, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas de saúde que tratem a estruturação das UTIs como prioridade em múltiplos aspectos, não apenas como expansão do número de leitos.

A entidade informou que pretende levar o diagnóstico a gestores públicos e privados, bem como a autoridades de áreas de fiscalização e controle, com o intuito de defender o atendimento às recomendações feitas pelo inquérito.

“Eventuais mudanças terão impacto em 43.901 leitos de UTI distribuídos pelo país, sendo 34.927 destinados a adultos e 8.974 à pediatria e neonatologia”, destacou a Amib.

Números

Os dados mostram que **apenas 22,7% dos médicos entrevistados consideram que a rede de UTIs do Sistema Único de Saúde (SUS) tem disponibilidade totalmente adequada de medicamentos essenciais ao manejo dos pacientes**.

O índice sobe para 57,7% quando analisados serviços particulares ou vinculados a planos de saúde.

Por outro lado, quando analisadas as avaliações negativas, a situação da oferta de medicamentos nos serviços da rede pública, por exemplo, foi considerada como inadequada ou totalmente inadequada por 16,1% dos médicos. No setor privado, o percentual cai para 3,8%.

A tendência se mantém na avaliação sobre a suficiência de leitos, em que 24,1% dos entrevistados atribuíram nota máxima aos serviços públicos de UTI. Já em relação a unidades privadas ou de planos de saúde, a avaliação favorável sobe para 51,4%.

No caso específico de disponibilidade e acesso a protocolos de atendimento e de conduta clínica, a rede SUS recebeu nota máxima de 23,1% dos que participaram do inquérito, enquanto o setor privado recebeu avaliação superior de 40,2% dos profissionais ouvidos.

Notas baixas

Pela perspectiva das notas mais baixas (0, 1 e 2), 32,6% dos médicos avaliaram a disponibilidade de leitos no SUS ruim e 27,4% atribuíram as notas mínimas aos protocolos de atendimento.

Na rede privada, as avaliações mínimas foram dadas por 7,7% e 14,3% dos médicos, respectivamente.

O padrão se repetiu em 12 dos 13 aspectos avaliados por profissionais que atuam em UTIs no Brasil. A única exceção, em que a percepção dos entrevistados foi bastante próxima independentemente do segmento em que prestam serviços (público ou privado), foi em relação às tarefas administrativas e burocráticas.

A pesquisa também identificou disparidade na percepção sobre a presença de equipe multiprofissional especializada: 39,2% dos médicos avaliaram esse item com nota máxima no setor privado, contra 23% no setor público, enquanto as notas mínimas foram atribuídas por 24,8% dos médicos para o setor público e por 13,8% para o privado.

Quanto à percepção sobre presença de enfermeiros com formação específica em terapia intensiva, a proporção positiva foi de 25,1% para o privado e 16,9% para o público.

Já a negativa alcançou 37,2% para os serviços do SUS e 26,4% para os serviços particulares ou de planos.

Fonte: Agência Brasil, em 21.10.2026